Revista do
SESCON RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Ano IX
nº 43
março de 2008

PAÍS ADENTRO

DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA ESPALHA DESENVOLVIMENTO PELO INTERIOR

A Folhamatic está de casa nova.

Suporte Técnico

Fachada - Nova Sede

Desenvolvimento de Software

A Folhamatic já está operando em sua nova instalação. Uma estrutura de 4.000 m2 em uma área total de 15.000 m2, situada na Região Metropolitana de Campinas - SP.

O projeto arquitetônico da Nova Sede, foi pensado e concebido com responsabilidade sócio ambiental e projetado para maior comodidade dos nossos clientes, que contam com um amplo estacionamento, 03 auditórios com paredes reversíveis, que possibilitam formar um único auditório com capacidade total de 210 pessoas, além de salas equipadas com computadores para treinamentos VIP e um espaço especial para o coffee break.

Produtos Folhamatic: Feitos por pessoas, para pessoas.

Para seu escritório:

office-CRM contábil

- e-CRM Contábil
- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Impostos
- Livro Caixa
- Contabilidade
- LALUR
- Ativo Imobilizado
- Administrador de Escritório Contábil
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Fiscalmatic Completo

Para sua empresa:

Business

- Financeiro/FSbank
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Fluxo de Caixa
- Controle Bancário
- Faturamento
- Estoque de Matérias Primas
- Estoque de Produto Final
- Ordem de Produção

VENDAS E INFORMAÇÕES

0800 015 4400

www.folhamatic.com.br

FOLHAMATIC®
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

Uma empresa feita por pessoas

aconteceu 4

geral 5

informe técnico 6

gestão 8

especial 10

entrevista 16

artigo 18

economia 19

notícias 20

crônica 22

Luiz Carlos Bohn
Presidente

Começamos o ano ativo do Brasil (depois das férias e do carnaval) com o envio da tão esperada reforma tributária, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional no final de fevereiro. Em tese, o esboço do Executivo propõe a simplificação do sistema tributário do país. Entre as razões que justificam a reforma estão a desburocratização do sistema tributário, o aumento da formalidade e a eliminação da "guerra fiscal" entre estados. Se essa proposta não for aprovada até junho, ela vai tomar o mesmo rumo das anteriores, já que no segundo semestre tudo estará voltado para as eleições.

Uma das diferenças da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) atual em relação às tentativas anteriores de modificar o modelo de pagamento de impostos, segundo o governo, é a possibilidade de reduzir a carga tributária sem desequilibrar os gastos públicos. Mas os especialistas discordam. Para eles, a proposta pode não falar em aumento, mas por medidas indiretas levará a ele.

Contudo, uma reforma tributária não se esgota na aprovação de emendas que tratam do sistema tributário. Para explicar o atual cenário econômico, cartilha do Ministério da Fazenda informa que o Brasil tem crescido de maneira sustentável. E o governo garante ter como desafio consolidar avanços e acelerar a ampliação da economia. A reforma do sistema tributário está inserida nesse contexto, como mecanismo para garantir as tendências de crescimento.

Apesar de ser a reforma possível, passando longe da ideal – que deveria contemplar a maioria das propostas e por isso fica apenas no campo das idéias –, há a promessa de, ao menos no que se refere ao imposto federal (IVA Federal), aglutinar quatro impostos (PIS, Pasep, Cofins e Cide); com o IVA Estadual, padronizar a legislação e alíquotas das unidades federativas, buscando enfrentar a guerra fiscal. A cobrança do tributo será deslocada da origem para o destino. Ficaria mantido o ISS municipal. Para que esta reforma tão desejada seja também a mais justa possível, caberá ao Congresso fazer o equilíbrio do proposto.

18/12

O agente fiscal da Receita Municipal Jerre Mandian Araújo falou sobre "Declaração Mensal – Escrituração Eletrônica do Livro Fiscal do ISSQN".

14/01

Orientar de forma prática os participantes sobre os procedimentos para o correto preenchimento da "DIRF- Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte" foi o tema do curso ministrado pelo assessor de empresas e consultor da área tributária João Roberto Domingues Pinto.

21/01

O curso "Aspectos Contábeis e Tributários para o Encerramento do Ano-Calendário de 2007" foi ministrado pelo assessor de empresas e consultor da área tributária João Roberto Domingues Pinto.

12/02

Analisar os diversos procedimentos aplicados à apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro, para empresas tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado, foi objetivo do curso "Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social", ministrado pelo assessor de empresas e consultor da área tributária João Roberto Domingues Pinto.

18/02

Realização do curso da "Lei Geral da Micro e Pequena Empresa" – Palestrante: Rosália Kuhn

20/02

A palestra "Guia Informativa Anual – Modelo B" foi realizada pelos consultores Técnicos da Prefeitura de Porto Alegre Fábio Haeser, Rosângela Almeida e Mages Leopoldo D. da Silva.

22/02

Atendendo a inúmeras solicitações, foi realizada, pela segunda vez, a palestra "Guia Informativa Anual – Modelo B" pelos consultores Técnicos da Prefeitura de Porto Alegre Fábio Haeser, Rosângela Almeida e Mages Leopoldo D. da Silva.

26/02

Realização do curso da "Lei Geral da Micro e Pequena Empresa" – Palestrante: Ronaldo Silveira

03/03

A primeira palestra mensal do ano de 2008 contou com a participação do economista com especialização em Gestão Antônio Celso Webber, que falou sobre "Como ser Líder Coaching Atuante e Eficaz na Condução do Capital Humano para Resultados".

SESCON RS

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2806
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.sescon-rs.com.br/sescon-rs@sescon-rs.com.br

DIRETORIA
TITULARES
Presidente:
Luiz Carlos Bohn
Vice-Presidente:
Jaime Gründler Sobrinho
Diretor Administrativo:
Barcelides Moresco
Vice-Diretor Administrativo:
Maurício Gatti
Diretora Financeira:
Inelva Fátima Lodi
Vice-Diretor Financeiro:
Diogo Ferri Chamun
Diretor de Relações do Trabalho:
José Roberto Santos Pires
Diretor de Assuntos Legislativos:
José Tadeu Jacoby
Diretores Regionais:
José Inácio Lenz
Sergio Gilberto Dienstmann
Luiz Carlos Duarte de Oliveira
Maria Onira Colussi
SUPLENTES
Júlio Roberto Lopes Martins
Celso Luft
Carlos Fernando Paléo da Rocha
Décio Becker
Jorge Luiz Bersch
Valdir Ferreira Rodrigues
Marice Fronchetti
Tassiro Astrogildo Fracasso
Lourdes Scartezzine
Eduardo Boldrini Martins
João Carlos Miranda
Jacqueline Pereira Paiva

CONSELHO FISCAL
TITULARES
Eldo Luft
Osvino Schneider
Leono Pacheco
SUPLENTES
Maria Rosa de Freitas
Ito Frederico Troller

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO
TITULARES
Luiz Carlos Bohn
Jaime Gründler Sobrinho
SUPLENTES
Joel Carlos Kölse
Ananias Cipriano Alves

CONSELHO EDITORIAL
Flávio Obino Filho
Luiz Carlos Bohn
José Roberto Santos Pires
Maria Rosa de Freitas
Juvaura Corrêa

jeito de comunicar

EDIÇÃO

Jeito de Comunicar, Comunicação Empresarial, Publicidade e Propaganda Ltda.
Rua Dona Laura, 471 - cj. 201 - Moinhos de Vento
Fone/Fax: 51 3388 7674
www.jeitodecomunicar.com.br
Editora Responsável: Marisa Franck (Reg. Prof. 8611/RS)
Redação: Teresa Maria Schembri (Reg. Prof. 6240/25/91 RS)
Direção de Arte/Projeto Gráfico: Bruna Lemos dos Anjos
Colaboradores: Hélio de Souza

Atrás do prejuízo

Empresas de cobrança possuem estruturas organizadas para atuar com maior rapidez

A cobrança de títulos é uma atividade importante no desenvolvimento da economia. Em geral esta função é terceirizada, já que as empresas não possuem estruturas apropriadas para a recuperação de seus créditos, deixando o trabalho para organizações que têm esse trabalho como atividade-fim. Além de sofrer com situações imprevistas dos clientes, às vezes, para expandir a carteira, é necessário explorar nichos de maior risco. Delegando o assunto para serviços especializados, as empresas podem redirecionar os investimentos para a conquista de novos clientes.

Hoje existe uma série de soluções adaptáveis às necessidades dos credores à situação do devedor. Os serviços prestados variam e começam pela cobrança amigável, pré-judicial e judicial. A Honor Cobrança Ltda., por exemplo, é uma empresa familiar que atua no mercado gaúcho há 17 anos. Como explica Carmen Pieta Dias, uma das diretoras, o importante é tratar o assunto de forma clara, com diálogo e negociação. "A grande parte das pessoas que chegam à condição de devedores é de gente que passa por alguma dificuldade, seja administrativa ou de mercado. O que ela precisa, muitas vezes, é ter condições de negociar o que deve", afirma a executiva.

A Gold Cred, que possui filiais em quatro estados, também tem abrangência nacional. Trabalha, além de títulos comerciais, para entidades sindicais, atuando na cobrança de contribuições em atraso. O gerente Vinicius Vargas explica que o significativo aumento do uso de cartões de crédito tem concentrado as operações para Pessoa Física e reduzido o número de cheques sem fundo. Mesmo assim, Vargas considera a taxa de inadimplência brasileira alta. "O resgate de crédito é uma ação delicada e difícil, cada situação difere da outra."

A cobrança passa, em geral, por dois estágios: a Interna, quando a própria empresa trata os primeiros atrasos. Nesta fase, o interesse alia a recuperação da dívida com a manutenção do cliente. Em média, no Brasil, os esforços internos vigoram até 60 dias de atraso; e a Terceirizada, quando é transferido o serviço para empresas especializadas em recuperação de ativos. Carmen conta que em todos os seus anos de atuação nunca sentiu barreiras ao contatar os devedores. "Quem está disposto a negociar sempre nos recebe bem, buscamos uma maneira de saldar seu débito. Nosso diferencial é a negociação." A empresa, por exemplo, possui sistema de busca e localização, o que garante maior eficácia para encontrar os devedores.

"Quem está disposto a negociar sempre nos recebe bem."

A consolidação das empresas de cobrança é a constatação da real capacidade de recuperação de crédito e de clientes tidos como problemáticos. O amadurecimento deste segmento do mercado está proporcionando ferramentas e opções que antes não existiam e que oferecem às empresas emissoras de crédito capacidade imediata de melhorar sua rentabilidade e ter uma gestão melhor do ciclo creditício. Mesmo com o crescimento da economia, o volume de títulos em cobrança mantém uma estabilidade, não apresentando nem aumento nem diminuição.

Jornada

Discussão sobre redução das horas semanais de trabalho pode polemizar pauta em 2008

menor

A redução da jornada de trabalho, tema de propostas de emenda à Constituição, está na pauta neste início do ano. Além de reivindicação das centrais sindicais, o senador Paulo Paim (PT-RS) tem pedido aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem diminuição do salário (PEC 75/03). A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. De acordo com o senador, a proposição também é apoiada por alguns setores do empresariado. "A redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, é uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro e, tenho certeza, de todos os trabalhadores."

Entre os benefícios destacados pelo senador estão a criação imediata de cerca de 3 milhões de novos postos de trabalho, a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, a contribuição para melhorar a distribuição da renda, a redução de acidentes de trabalho e mais tempo para lazer e convívio familiar. Paim acredita que a redução fortaleceria o ciclo econômico, uma vez que mais brasileiros estarão empregados e terão um tempo livre maior para o consumo.

Já o advogado Flávio Obino Filho tem outra visão. Para ele, a redução de jornada, por si só, não consegue proporcionar abertura de novos postos de trabalhos Como exemplo, cita a redução da jornada promovida pela Constituição de 1988, que não conseguiu melhorar a gradação de emprego no país, e no campo internacional, a aplicação da Lei Aubry, que determinou a redução para 35 horas na França, e os resultados não foram os esperados, mesmo com a concessão de incentivos, embora a economia francesa se encontrasse em fase de crescimento econômico. "Essa recente experiência é tão frustrante, que o Governo Sarkozy pretende retornar à situação anterior."

PROPOSTA

A redução da jornada de trabalho proposta seria gradativa, iniciando-se em 1º de janeiro do exercício seguinte ao ano em que for aprovada. A idéia é reduzir uma hora por ano até chegar a uma jornada de 36 horas semanais. Para o senador Paulo Paim, "o nosso país está maduro o suficiente para implantar a medida de forma escalonada". O parlamentar sugere a instalação de uma comissão especial no Senado para debater o tema.

A idéia vem sendo debatida por Paim desde 1995 – em parceria com o então deputado federal e agora senador Inácio Arruda. O senador se apóia ainda em estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), de onde resulta o número apresentado na proposta: que de imediato geraria cerca de 3 milhões de novos postos de trabalho. Conseqüentemente, a redução para 36 horas semanais criaria aproximadamente 6 milhões de empregos, e a redução para 30 horas, cerca de 10 milhões.

"Os efeitos da redução da jornada de trabalho, no longo prazo, dependem de sua influência no custo de produção", argumenta Flávio Obino. No caso de elevação dos custos, a tendência é de redução dos quadros de pessal, já que as empresas teriam que demandar maior produtividade de seus empregados, de forma a compensar a elevação nos custos. Neste contexto, os trabalhadores menos produtivos seriam descartados. Outra conseqüência seria o aumento da informalidade como resposta ao crescimento dos já elevados custos trabalhistas.

O senador defende que todos entendam que a redução da jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento entre empregados, empregadores e governo. "O país decente que queremos está baseado na humanização das relações de trabalho, onde todos podem sair vencedores."

"O que se vislumbra é diametralmente oposto ao quadro desenhado pelos sindicalistas. A redução da jornada nos moldes pretendidos implicaria diminuição da competitividade empresarial, com a conseqüente redução de postos de trabalho e do ganho salarial médio, o que redundará também em queda do consumo interno", rebate o advogado.

Ver-se pelos

Marketing pessoal trabalha conhecimento interno

"O marketing pessoal tem sido uma abordagem para quem quer se preparar para o mercado e à vida, ou para quem deseja promover mudanças em si mesmo."

olhos dos outros

para desenvolver competências

Embora o sol seja para todos, encontrar um lugar sob ele, hoje em dia, tornou-se uma competição feroz. Assim, não basta ter bom currículo, é preciso desenvolver competências para avançar. O marketing pessoal tem sido uma abordagem para quem quer se preparar para o mercado e à vida, ou para quem deseja promover mudanças em si mesmo. É preciso trabalhar a si mesmo, tanto na personalidade como nas características profissionais. E o ponto de partida é a vontade do indivíduo de que haja transformação. Não dar atenção a esses aspectos pode deixar alguém no meio do caminho.

Como destaca a pedagoga e consultora empresarial Dória Tereza de Marco Assumpção, hoje, qualquer pessoa, inclusive o profissional liberal, precisa trabalhar o perfil comportamental, o emocional, a etiqueta, explorando o interno e identificando suas características. Não se trata apenas de melhorar a embalagem, mas de promover uma atualização e modificação do conteúdo, reformulando comportamento, atitude, habilidade e aptidões. Depois, canaliza-se isso para os objetivos, fazendo seu projeto de ação. "Assim como numa venda do mercado, precisamos aprender a nos vender, a encarar-nos como qualquer outro produto para atingir o sucesso", diz a consultora.

O exercício do marketing pessoal atua como um espelho no qual a pessoa procura se ver com os mesmos olhos que os outros a vêem, entender qual a imagem que está passando e promover mudanças nos pontos que não estão em consonância com seus objetivos. Com a visão inteira e interna, vai-se buscar o melhor posicionamento. "Por isso um curso com este enfoque não pode ter uma linha teórica, precisa ser basicamente vivencial." Na atualidade, a busca da melhoria de imagem pelo marketing pessoal é equilibrada entre os sexos. A consultora revela, no entanto, que até dois anos atrás a maior procura era de mulheres.

É claro que é necessário existir uma harmonia entre os objetivos e as condições reais de alcançá-los, já que não se trata apenas de promover uma mudança de comportamento. Na maioria das vezes um investimento financeiro também é necessário, como para a realização de cursos ou melhoria da aparência pessoal. A pedagoga conta o caso de uma moça que trabalhava há mais de dez anos em uma empresa de predominância masculina. Isso fez com que ela perdesse seu cuidado pessoal e feminilidade. "Chegou a ter uma postura agressiva. Quando passou a se trabalhar, conseguiu promover a mudança, tornando-se mais cuidadosa não só com sua aparência, mas uma pessoa mais suave", observa.

É preciso trabalhar a si mesmo, tanto na personalidade como nas características profissionais. E o ponto de partida é a vontade do indivíduo de que haja transformação.

Em outra situação, um empregado de uma grande empresa tinha dificuldade de relacionamento com os colegas, que o consideravam antipático, uma questão de visualmente dar essa sensação. A forma do seu cabelo, a postura retraída e fechada e a fala grossa compunham um quadro pouco atrativo. A partir da auto-avaliação e de mudanças comportamentais, passou a se relacionar melhor e obteve crescimento na empresa. "Em 90% dos casos, o que se muda é a forma de ser, não na técnica ou no conteúdo interior que se possui."

Por fim, o mais importante dessa abordagem é a análise por partes que ele propicia. Dória observa que o trabalho de marketing pessoal deve acontecer em qualquer classe social. "Tenho visto que existe dificuldade das pessoas em se posicionar corretamente no mercado de trabalho: não sabem se apresentar e mostrar o que querem." O importante não é o conhecimento e o currículo apenas, o sucesso virá também da competência de relacionamento, de se posicionar corretamente nas exigências do mercado. "Se fivessem mais preparação, teriam mais oportunidade", conclui.

País adentro

Desconcentração econômica espalha pelo interior do território

desenvolvimento

A geração de riqueza avança para dentro do país. A abertura comercial e a globalização exigiram novas estratégia e organização. É a desconcentração econômica, quando as empresas se deslocam dos grandes centros para o interior do território. As chamadas deseconomias locais – terrenos caros, problemas ambientais, dificuldade de locomoção, incentivos fiscais e mão-de-obra mais barata – são alguns dos motivos que vão tornando cidades menores mais atrativas. A proximidade com os recursos naturais e o avanço da infra-estrutura, não apenas das estradas, mas também pela amplitude das comunicações, podem ser citados ainda como incentivos ao fenômeno. Atualmente, o país apresenta avanço econômico na conformação territorial, ainda que exista um oceano de desigualdades sociais.

A forma mais visível da desconcentração econômica brasileira é o encolhimento na participação econômica da cidade de São Paulo e seu conurbado em relação ao PIB nacional. Nos anos 70, ela representava 58% da produção brasileira, e hoje aponta 43%. Na região metropolitana paulista, o fenômeno tornou-se mais acentuado: sua presença na economia era de 44%, hoje contribui com menos da metade, apenas 20%. "A compensação no estado paulista é o crescimento de seu interior, que absorveu a perda da capital e sua região adjacente", explica o professor do departamento de economia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e um dos nomes de referência no estudo sobre o assunto, Clélio Campolina Diniz.

De 2000 a 2004, a produção industrial espalhou-se mais dentro da região Centro-Sul, com o crescimento da participação de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, denominado desenvolvimento poligonal da indústria brasileira. Em segundo lugar, houve uma significativa expansão da participação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste na produção industrial do país.

Comparando os anos de 1970 e 2004, a participação da região Norte, no valor da transformação industrial nacional, subiu de 0,7% para 4,9%; a do Nordeste, de 5,7% para 8,5%; a do Sul, de 12% para 20,1%; e a do Centro-Oeste, de 0,8% para 3,6%. Em contrapartida, a região Sudeste reduziu sua participação de 80,8% para 62,8%, puxada pela queda de São Paulo de 58,1% para 43,2% e do Rio de Janeiro de 15,7% para 8,1%, embora Minas Gerais e Espírito Santo tenham aumentado suas participações. As quedas de São Paulo e Rio de Janeiro são explicadas pela reversão da polarização de suas áreas metropolitanas. Isso tem determinado mudanças significativas no emprego e na demanda por capacitação profissional e por serviços tecnológicos, já que são observados movimentos de esgotamento ou de redefinição do perfil de aglomerações industriais tradicionais.

É claro que todo esse processo caminha num ritmo natural, até mesmo na delineação da distribuição geográfica denominada de polígono, que vai do centro de Minas Gerais ao nordeste gaúcho. Mas é preciso destacar, de acordo com Campolina, a retomada e expansão industrial nordestina, com instalação de siderúrgica, como no Ceará, refinaria em Pernambuco, bem como atraindo para toda a região segmentos como o de confecções, têxtil e de alimentos. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) acompanha este realinhamento das indústrias pelo país. A fonte básica de dados tem sido o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ele cobre informações mensais sobre admissões e desligamentos de empregados regidos pela CLT, um quadro da movimentação da mão-de-obra no setor formal da economia informado pelas empresas com CNPJ.

O segundo movimento nacional citado pelo pesquisador é na fronteira agrícola que forma um pólo de agroindústrias na região Centro-Oeste e pelo cunho mineral em zonas como o sul do Pará, sudoeste do Maranhão e o cerrado sul do Piauí, que se abrem à mecanização da produção, permitindo o plantio de grãos como soja e milho e, mais recentemente, algodão. Neste mesmo segmento, a irrigação do NE escreve um capítulo à parte em locais como o Vale do São Francisco, Vale do Açu (RN) e Acarau (CE), além de Bahia e Pernambuco, com projetos voltados principalmente para a fruticultura. E a agroindústria segue, em geral, a fonte de sua matéria-prima.

"No RS, a desconcentração se dá mais lentamente do que no âmbito nacional, mas igualmente acontece."

Outra propulsão da desconcentração acontece pelo Turismo, principalmente na faixa litorânea nordestina, que está recebendo investimentos sofisticados, como resorts de luxo, serviços e comércio. Campolina cita ainda como agente transformador as políticas de transferência de renda promovidas pelo governo, atuando nas zonas de grande miserabilidade, como no semi-árido nordestino, que produz impacto positivo no comércio regional. "Os trabalhos da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) têm constatado isso", diz ele.

Os setores de bens de consumo e serviços se expandem, começando nas metrópoles menores como Porto Alegre, Brasília e Campinas, e prosseguindo nas cidades intermediárias, embora, como apontam dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), certas localidades do interior incrementem seu comércio mesmo que os trabalhadores obtenham suas rendas em outros municípios. Já o centro financeiro e o transporte aéreo do país optaram por se reagrupar na região Sudeste.

FORÇAS ENDÓGENAS

No período de 2000 a 2004 o setor de serviços foi aquele que mais abriu vagas no período. Seguem-se o de comércio e o da indústria de transformação. Essa última criou cerca de 1,1 milhão de empregos, sendo pouco menos de um quarto na produção de alimentos e bebidas. Outros segmentos da indústria de transformação também apresentaram boa capacidade de geração de empregos no período, como têxtil, vestuário, calçados, metalúrgica, química e produtos farmacêuticos.

Os resultados apontam que, excetuando-se 2000, quando houve maior equilíbrio, nos demais anos a geração de emprego industrial está concentrada no interior. No conjunto dos cinco anos, de cada quatro empregos criados, apenas um foi encontrado nas microrregiões das capitais. Em 2001 e 2003, houve redução de empregos nas capitais e crescimento no interior. Em 2002, quase todos os empregos foram criados no interior. Em 2004, quando houve forte criação de empregos, dois terços surgiram no interior. A agricultura moderna, observa Campolina, é uma atividade que se baseia muito nos centros urbanos, pois necessita de serviços e bens que se encontram na cidade. "Na atualidade, a fronteira agrícola é urbana, não é rural. Cerca de 80% das pessoas que trabalham no campo moram na cidade."

Na região Sudeste, por exemplo, a taxa de crescimento do emprego no qüinqüênio atingiu 5,1% nas capitais e 19,3% no interior. Na região Sul, onde há mais equilíbrio, as taxas foram, respectivamente, 21,7% e 27,1%. Na região Nordeste, a taxa de crescimento do emprego no interior (32,2%) foi cerca

de seis vezes superior à encontrada nas capitais (5,3%).

Porto Alegre foi a microrregião que mais gerou empregos no país, seguindo-se São Paulo, Campinas, Curitiba, Manaus, Caxias do Sul, Joinville, Blumenau e São José dos Campos. Excetuando-se Manaus, por suas características próprias, são todos importantes pólos industriais do Sul/Sudeste. A criação de empregos fora das capitais não se restringe aos segmentos tradicionais da indústria, é um comportamento generalizado, atingindo, inclusive, os mais avançados em termos tecnológicos.

A desconcentração da economia brasileira é resultado das forças endógenas, ainda que a globalização e o aumento da competitividade tenham incentivado isso, pois igualaram o mercado interno e externo, com a ampliação das vantagens competitivas à posição geográfica do estabelecimento. Passaram a ser consideradas de situação relevante para estudo as microrregiões industriais com mais de 5 mil empregos, como forma de mapear e acompanhar o desenvolvimento nacional, define Campolina em trabalho publicado.

"A desconcentração da economia brasileira é resultado das forças endógenas, ainda que a globalização e o aumento da competitividade tenham incentivado isso."

Uma das primeiras conseqüências observadas, então, é a interrupção do fluxo migratório interno. Esses fluxos não são movimentos violentos, mas se moldam no curso do processo econômico. Isso é mais visível nas cidades médias do interior. Não se consegue notar muito isso nas grandes cidades, aponta Campolina, porque a questão social nas metrópoles é dramática, onde há muita falta de condições para uma considerável parcela da população que ainda não tem condições de promover seu bem-estar local nem de migrar em busca de novas oportunidades. "Há uma defasagem temporal entre a desconcentração econômica e a desconcentração populacional. Há estoque de população pobre nas grandes cidades." Com a diminuição da desigualdade territorial na produção de riqueza, a tendência é de diminuição das desigualdades regionais, que na atualidade ainda se mantêm fortes.

RIO GRANDE DO SUL E REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

A formação do Mercosul colocou sobre holofotes a região Sul, pela perspectiva de ser um corredor exportador, fato que não ocorreu como esperado pelo quase desfazimento do livre mercado.

Entretanto, o caminho de interiorização também nesta região é um fato que vem ocorrendo acompanhando a direção nacional. Isso tem contribuído para melhorias sociais, já que introduz em certos lugares rendimentos maiores aos trabalhadores, como, por exemplo, quando saem do campo para a indústria que paga melhor, explica o analista do IBGE do RS, Wladimir Lautert. As capitais já não são um bom lugar para se instalar, no setor industrial. E os incentivos fiscais são algo que faz a diferença na hora de escolher o local de instalação.

A modificação regional gaúcha aparece mais com a chegada de empresas de TI, principalmente em Porto Alegre, que já não pode ser mais considerada uma cidade industrial

como figurava há 30 anos. "Hoje, basicamente, a capital passou a ter nos serviços e comércio sua principal característica", lembra Clarissa Castilhos, analista da FEE. A zona industrial, agora, se localiza no cinturão da cidade. "Nos dias de hoje, o mercado é mundial, precisa ser qualificado nos parâmetros mundiais para poder competir mesmo internamente." Além disso, a internacionalização de grande parte das tradicionais indústrias gaúchas só reforça a condição. No RS, a desconcentração se dá mais lentamente do que no âmbito nacional, mas igualmente acontece.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, o movimento pendular de trabalhadores ainda é expressivo, pois 25% deles trabalham aqui e vivem fora da capital; apenas 5% dos que vivem em Porto Alegre saem da cidade para trabalhar. O primeiro movimento é de mais baixa qualificação e salário, e a exportação é de ganho maior e mais qualificada, como destaca o coordenador da pesquisa emprego/desemprego do Dieese, Eduardo Schneider.

Porto Alegre foi a microrregião que mais gerou empregos no país. Sua indústria possui alta diversificação, incluindo os mais diferentes setores. Há destaque na criação de empregos na metalúrgica; mecânica; calçados; borracha, fumo e couros; e construção.

No Estado, atualmente ¾ da produção industrial encontra-se no eixo Caxias do Sul, Rio Pardo, Porto Alegre. Em 1960, ¼ da força industrial estava situado dentro de Porto Alegre. Com o desenvolvimento do eixo da BR-116 – Canoas, Esteio e Caxias –, hoje a cidade é praticamente um pólo de serviços. O congestionamento do trânsito (dificuldade de carga e descarga e deslocamento), dificuldade da matéria-prima, valor dos imóveis e a projeção de expansão mais complicada giraram a expansão para o eixo Gravataí, mais recentemente para Glorinha, Osório e a Tabaí/Canoas. Também está direcionado o desenvolvimento para zonas como Erechim, Panambi, Passo Fundo, Horizontina, norte do RS, aponta o professor da UFRGS Pedro Silveira Bandeira.

Essa transformação, mesmo que lenta, promove a diversificação da base econômica gaúcha. "Nota-se também no estado uma interiorização lenta mas efetiva", destaca. Isso não significa um empobrecimento da região metropolitana, porque se desenvolvem novas funções, como atividades de alta tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, avalia Bandeira.

Outro fator que se destaca por aqui é o incremento da agroindústria pelo fortalecimento do setor primário. "Neste caso, a usina precisa estar perto dos fornecedores, pois o deslocamento da matéria-prima acaba em perda significativa." A comunicação melhorou muito, eliminando o isolamento através da internet e da telefonia.

O setor da agroindústria gaúcha, por sua consolidação, tende a se manter, já que possui uma tradição de quase 50 anos e pode aumentar muito ainda sua produtividade, o que deve garantir a sua importância, apesar da abundância que o CO tem oferecido.

Para o professor Campolina, no Brasil, apesar do processo em andamento, precisaria ocorrer um novo ordenamento do território com nova centralização urbanística através de uma política pública, pois o setor privado não tem condições de bancar sozinho esta mudança. Uma política urbana e habitacional para acelerar a igualdade de riqueza do país.

Pontos principais da descentralização econômica brasileira

- busca de recursos naturais
- integração com as fronteiras agropecuária e mineral
- economias de aglomeração em outras regiões do país
- estratégia competitiva dos grandes grupos empresariais

Mudanças tecnológicas e organizacionais e seus efeitos na estrutura produtiva demandam novas condições, especialmente nas indústrias mais intensivas em conhecimento, que necessitam ficar concentradas nas regiões mais desenvolvidas, especialmente em São Paulo e seu entorno imediato.

Nos estados do Sul-Sudeste, apenas no Rio Grande do Sul e Espírito Santo a taxa de crescimento do emprego nas capitais é próxima à encontrada no interior. Em São Paulo, por exemplo, enquanto o aumento do emprego foi de 19% no interior, não passou de 4,2% na capital. No Rio de Janeiro, as taxas atingiram 19,2% e 3,8%, respectivamente. Portanto, trata-se de resultado generalizado, associado a um processo de interiorização do emprego pelo país.

O Sudeste, e o estado de São Paulo em particular, continuam sendo as áreas industriais de maior dimensão e onde estão localizadas as indústrias mais modernas, com maior capacidade de integração e de geração de efeitos interindustriais. Em conjunto, as regiões Sudeste e Sul, que detinham 93% do valor agregado na indústria em 1970, tiveram sua participação reduzida para 83% em 2005. Isto significa que o processo de desconcentração de São Paulo foi relativamente contido na macrorregião Centro-Sul, mas que novas áreas em outras regiões do país estão sendo implantadas e desenvolvidas.

Visando ao ganho de eficiência e complementaridade inter-regional, as novas regiões deveriam receber prioridades setoriais diferenciadas, em função de suas potencialidades ou especializações.

Em 1970 havia apenas 57 microrregiões geográficas com mais de 5 mil empregos industriais. Entre 1970 e 1985 esse número subiu para 137, e alcançou 208 em 2005.

Elas se distribuíram em todo o território nacional, mas o crescimento foi mais elevado nas regiões menos desenvolvidas, indicando uma mudança relativa da distribuição da indústria no Brasil. No Sul, foi a região que mais se beneficiou com o processo de desconcentração de São Paulo, implantando um parque industrial diversificado e integrado.

No Centro-Oeste, além de Goiânia, que tinha alguma importância, novas áreas industriais foram criadas ou ampliadas, especialmente vinculadas aos segmentos ligados à produção agropecuária, fazendo com que seu número subisse de 1 para 16. Cabe destacar Anápolis, com importante indústria farmacêutica e de produtos veterinários, Campo Grande, Cuiabá e o entorno de Brasília.

Apesar de tudo, a região Sudeste continuou detendo o maior número de microrregiões com mais de 5 mil empregos cada, subindo de 20 em 1970 para 95 em 2005, mas perdendo posição relativa tanto no número de áreas industriais quanto no emprego e na produção.

Diálogo e credibilidade

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio Grande do Sul, desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, tomou posse dia 1º de fevereiro deste ano para o biênio 2008/2009. Ele foi quase uma escolha unânime, o que pode refletir seu caráter conciliador. Natural de Porto Alegre, classificou-se em primeiro lugar no concurso público e foi nomeado juiz de Direito em 1976. Chegou a desembargador do TJ em setembro de 1997. Será o 44º presidente na história do TJ.

O senhor está propondo mais diálogo entre os poderes. Esta é sua característica de gestão? O senhor acha que os poderes se entendem pouco, tanto no âmbito estadual como nacional?

Em minha gestão o relacionamento será muito cordial, respeitoso, civilizado, como tem de ser entre chefes de Poderes. Claro que é natural haver alguns temas tópicos de divergência, mas isso faz parte do jogo republicano, e não se pode tomar como ofensa que algum chefe de Poder, no exercício de sua responsabilidade, das responsabilidades do cargo, tenha alguma atuação que não seja aquela que se espera ou se desejaria. É preciso haver essa compreensão.

As reivindicações financeiras do Judiciário às vezes soam em descompasso com a realidade do país. Não há preocupação que isso abale a confiança da população?

Pesquisas apontam que o Poder Judiciário é uma das instituições com maior credibilidade entre a população. E o Judiciário Estadual do Rio Grande do Sul é tido como referência para o país. Em termos de volume de ações por habitante, o Judiciário gaúcho é o que tem a maior demanda: atualmente são mais de 3 milhões de ações tramitando. Credito isso à confiança que a população gaúcha tem em seus julgadores e em sua Justiça.

E quando se fala em reivindicações financeiras – embora não tenham sido especificadas quais – é preciso frisar que precisamos manter a qualidade dos serviços, não podemos regredir. O Judiciário Estadual está no seu limite com relação ao orçamento, trabalhamos com uma margem justa para o atendimento das necessidades dos usuários da Justiça. Veja-se que nosso percentual não ultrapassa 7% do total do orçamento do Estado. E o valor que trabalhamos hoje é o mínimo para manter os serviços que prestamos, já estamos no nosso limite.

Com relação à implantação dos subsídios, estabelecidos por comando constitucional, é preciso fazer alguns esclarecimentos. Somos o último e único Estado do país a adotar essa forma remuneratória com relação à magistratura. Esse sistema, a médio e longo prazos, tem imensa vantagem sobre o sistema atual; termina com os nefastos penduricalhos, que implicam um crescimento incontrolável da folha de pagamento, e traz consigo uma maior transparência na remuneração.

Em seu discurso de posse, o senhor frisou que "as atenções, preocupações e destinações prioritárias hão de se concentrar na atividade-fim e não na atividade-meio". Poderia esclarecer melhor?

Sempre tive, inclusive por formação – seja como estudante, seja como professor –, uma visão muito clara da jurisdição, a convic-

ção de que devemos jogar no 1º Grau nossa fichas maiores. É nos foros que atendemos diretamente a população, onde a sociedade sente o resultado mais direto de nossa atuação. O 2.º Grau é instância revisora, com diminuta competência originária. Entretanto, nossa história, reflexo de uma cultura distanciada da elite sócio-cultural do mundo, traduz a preocupação com a cúpula e não com a base.

Priorizar a primeira instância, sabidas as limitações orçamentárias e financeiras do Poder Judiciário, significa melhorar o atendimento à população, às partes e aos advogados. E isso passa por um enxugamento das atividades-meio, uma revisão das lotações de pessoal, um melhor aperfeiçoamento funcional e investimentos em infra-estrutura.

O senhor também citou a insegurança jurídica (quando demandas iguais obtêm resultados conflitantes, em juízos diferentes). Como fazer para atenuar isso?

O processo ortodoxo, senão morto, é um paciente terminal quanto às demandas de massa. Frente ao crescente e invencível aumento no número de processos – exemplifico citando experiência de Varas Cíveis no Foro Central da Capital, referentes a ações envolvendo diferenças de correção monetária dos depósitos em poupança –, como atender, eficazmente, cerca de 85.000 feitos aforados em único dia? Será razoável que se partilhem estes feitos numa pluralidade de juízos, sobrevindo decisões as mais variadas, a começar com as inevitáveis questões processuais?

Ainda, sabido o custo médio de um processo na Justiça Estadual, de R$ 400,00, sendo quase todas essas demandas beneficiárias da gratuidade de justiça, será justo imputar à sociedade o custo de um individualismo renitente?

A resposta parece óbvia, não comportando mais romantismos processuais. Está-se procurando resolver com apenas dez processos coletivos não só o que se propôs fazer através de dezenas de milhares de processos individuais, mas também alcançar todos os depositantes, número maior, quem sabe, daquele de quem veio a juízo.

Por certo, a informática tem sido eficiente auxiliar da jurisdição. Sem ela, é impossível realizar sessões em que se pautam mais de mil processos. Entretanto, se atende ela a repetitividade processual e facilita o trabalho de formalizar decisões, não dá resposta aos demais reclamos.

Tenho convicção em soluções como a dinamização da tutela coletiva, a cujo respeito nossa tradição individualista oferece as maiores resistências.

Qual o diferencial que transforma o Judiciário gaúcho num dos mais produtivos do país?

Ao lado da informatização – o Judiciário gaúcho está muito avançado neste ponto, com todas as 164 Comarcas do Estado informatizadas –, credito nossos níveis de produtividade ao excelente nível de nossos magistrados e servidores, que enfrentam uma demanda crescente e incessante com muita dedicação e criatividade. Temos números impressionantes no Rio Grande do Sul: são mais de 3 milhões de processos em tramitação (o número de processos por habitante no RS supera o de São Paulo) e o aumento anual na demanda é de cerca de 20%. Em contrapartida, o número de magistrados e servidores, há mais de uma década, é praticamente o mesmo, enquanto o número de ações nesse período triplicou. E apesar disso, o número de processos julgados segue aumentando ano a ano, ou seja, os magistrados julgam cada vez mais, e continuamos sendo referência em termos de decisões pioneiras e inovadoras.

O que poderia ser feito, a seu ver, para limitar a avalanche de ações que ingressam na Justiça? Apesar da imensa quantidade, mesmo assim, o Brasil parece estar longe de ser um país justo...

Poderíamos evitar que tantas pessoas acorressem à Justiça para buscar seus direitos se as instituições públicas e grandes empresas não fossem os maiores "clientes" do Poder Judiciário, tanto estadual quanto federal.

Um exemplo prático: somente em um dia, foram ajuizadas no Foro Central de Porto Alegre 85 mil ações relativas à correção das cadernetas de poupança em decorrência de planos econômicos de governo. Aqui no RS, estamos tentando resolver, de forma corajosa, as ações de massa, desbravando um caminho contra o formalismo, por meio de ações coletivas.

Nosso processo, em teoria, academicamente, é um dos melhores do mundo, mas na prática não funciona. Há um estudo que diz que, na prática, é possível interpor 77 tipos de recursos. Temos que trabalhar para combater essa realidade. Temos que ter coragem para mudar essa cultura e reduzir o número de recursos.

Em Clima de Flashback,

a Convenção 158 da OIT ocupa a cena nacional

A Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece que não se dará término à relação de emprego de um trabalhador a menos que exista uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento, ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa. Caso o trabalhador considere injustificado o término da relação de emprego, poderá recorrer à Justiça do Trabalho (órgão competente no Brasil). Nesta hipótese, reverte-se o ônus da prova, cabendo ao empregador comprovar a existência da causa justificadora. Não desincumbindo-se o empregador da prova, o litígio se resolverá pela readmissão ou indenização.

A Convenção chegou a ser ratificada pelo Brasil em 1995 e, por versar sobre matéria extremamente controvertida, rendeu acirrados debates por todos os segmentos da sociedade. A saída do governo brasileiro para acabar com as discussões acerca da inconstitucionalidade e da auto-aplicação do texto internacional foi denunciá-la à OIT, ao final de 1996.

A ratificação pelo Brasil da Convenção 158, uma das principais reivindicações do movimento sindical obreiro em meados dos anos noventa, ressurge das cinzas ao ser encaminhada novamente ao Congresso Nacional pelo Presidente da República (novo pedido de ratificação).

A polêmica Convenção 158, em clima de flashback novamente ocupa a cena nacional. É tema altamente preocupante, pois ao acabar com as demissões imotivadas (sem justa causa), a aplicação das regras da Convenção se reflete diretamente no mercado trabalho.

Outrossim, estamos falando de uma Convenção editada em 1982, com base em recomendações internacionais de 1963, que consigna normas envelhecidas que se contrapõem aos princípios de desregulamentação que já fazem parte da nova ordem trabalhista mundial. Apenas 24 países, menos 15% dos membros da OIT, ratificaram a Convenção; nas Américas, somente a Venezuela.

Não se pode admitir o engessamento proposto pela Convenção 158. Não há espaço no mundo moderno para a aprovação de legislação que, de forma artificial, tente preservar empregos. O Brasil vem progressivamente assimilando a lição de que desemprego estrutural se combate com educação para o trabalho. A reciclagem e a formação profissional, ainda que não tenham atingido a sua plenitude, já fazem parte da nossa ordem do dia.

A discussão terá que ser retomada. Deixar que uma Convenção ultrapassada, que se apresenta totalmente divorciada da realidade brasileira e mundial, passe a fazer parte do nosso ordenamento jurídico é um retrocesso inconcebível.

Ana Lúcia Garbin
Assessora jurídica do SESCON/RS
e integrante do Flávio Obino Fº Advogados Associados

A todo vapor

País apresenta índices de crescimento como não se viam há quase três décadas

A economia brasileira apresenta um novo fôlego, que não se via há quase três décadas, com crescimento real, o que aponta como saída do longo período de estagnação. Esse fenômeno está sendo verificado em vários pontos. E pelos observadores externos ao país. "O aumento de empregos e salários, crédito barato e taxas de investimento mais altas tornaram a economia doméstica o novo motor de crescimento da economia do Brasil", escreveu em meados de fevereiro o principal jornal de economia e finanças da União Européia, o Financial Times.

A marca de 2007 foi o desenvolvimento do crédito, puxando para dentro do mercado estratos da população que não tinham acesso ao consumo. "O crédito mais farto, embora ainda caro, conjugado à evolução do emprego e aos ganhos reais no rendimento médio do trabalhador, permitiu isso", afirmou o presidente da Fecomércio-RJ (Federação do Comércio do Rio de Janeiro), Orlando Diniz.

De acordo com pesquisa realizada pela Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) com 43 instituições financeiras, no ano passado, a oferta de dinheiro cresceu 33,14% ao consumidor Pessoa Física. "O desenvolvimento do mercado de crédito alimentou a demanda e estimulou o bom desempenho do comércio em 2007", completou Diniz. O volume de vendas do comércio, com ajustes sazonais, aumentou 9,9% em 2007, frente ao ano anterior.

A tendência apontada na mesma pesquisa é de que os consumidores terão mais crédito neste ano, mas em ritmo menor do que em comparação a 2007. A previsão é que haja aumento de 25,60% na oferta de dinheiro este ano, ante 33,14% em 2007. Para 2009, a expectativa é de expansão menor ainda, de 23,16%.

A chegada do Brasil ao patamar dos países credores, ao alcançar quantidade de reservas cambiais suficientes para honrar os débitos externos, também contribui para a imagem de crescimento. No entanto, há algumas pessoas um pouco mais previdentes em julgar o destino do país rumo ao paraíso. "O crescimento se deve ao uso do crédito. Estaria de fato embasado em situação sólida?", questiona o economista Décio Pizzato.

O aumento da taxa de crescimento do Brasil nos últimos anos seria graças às exportações saindo de uma média de 2,5% nas duas décadas anteriores até 2003, para perto de 5% ao ano. A previsão de queda no superávit da balança comercial, de US$ 40 bilhões para cerca de US$ 33 bilhões, queda causada pelo aumento das importações, devido à demanda doméstica, já que as exportações não param de crescer, principalmente na área do agronegócio. Mas o artigo do Financial Time, destaca Pizzato, ainda comenta que a previsão de crescimento do Brasil, de pouco mais de 4,5% neste ano, é muito mais baixa do que a dos outros países do grupo conhecido como BRIC – Brasil, China, Índia e Rússia.

O economista destaca que existem pontos fracos que não permitem considerar o crescimento atual como fundamentado. Por exemplo, a parte de formação de mão-de-obra e pesquisa. "Foi um balde de água fria nas pretensões brasileiras em ter aqui no país centros de pesquisa e desenvolvimento, os conhecidos P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). As empresas multinacionais estão preferindo que os mesmos sejam criados ou transferidos para a China e Índia, também países emergentes. Embora a mão-de-obra dos trabalhadores na indústria brasileira seja comparável à de países desenvolvidos como a Alemanha e os Estados Unidos, o país apresenta escassez no que se refere à qualificação." Essa foi a conclusão, após dois anos, dos pesquisadores da Universidade Estadual Paulista e da Universidade de São Paulo, sob a coordenação do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp.

O crescimento brasileiro poderia ser mais alto se o governo levasse adiante a Reforma Fiscal, assunto em banho-maria há 16 anos. Este é um momento favorável à discussão e à mudanças. Em outras ocasiões em que a reforma foi proposta, o baixo ritmo de atividade da economia tolheu o debate. O crescimento da economia ao ritmo atual assegura para todos um aumento de arrecadação que permite a discussão mais tranqüila e objetiva de todos os pontos do projeto, citam diversos estudiosos da área.

Nova Carteira

de identidade do profissional

A nova Carteira de Identidade Profissional do Contabilista, lançada em outubro/2007, acompanhada da certificação digital, oferece uma série de facilidades operacionais perante a Receita Federal, Juntas Comerciais, Livro Diário Eletrônico, Nota Fiscal Eletrônica, Escrita Fiscal Digital, acesso ágil às contas bancárias, entre outras. A substituição da carteira é a adequação aos novos tempos e a possibilidade de enfrentar os desafios dos constantes avanços tecnológicos implantados pelo Governo na Era Digital.

A AC Fenacon/Certisign está concedendo a certificação digital e-CPF gratuito por um ano aos profissionais da contabilidade, quando da aquisição da nova carteira de identidade profissional.

Como solicitar a carteira

- Preencher o requerimento no site do CRCRS ou do CFC;
- Imprimir o boleto de cobrança para pagamento do custo da carteira R$35,00, que poderá ser pago em qualquer instituição bancária ou casas lotéricas;
- Dirigir-se até o CRC/RS, delegacias, escritórios regionais ou ao escritório regional de representação SESCON/RS, munido da guia paga, uma foto 3X4 colorida com fundo branco e comprovante de dados pessoais (RG e CPF);
- Em até 30 dias, retirar a carteira no CRCRS.

Gravação do Certificado Digital

- Para gravação do certificado digital na nova carteira, agendar no Posto do Sescon/RS, pelo telefone: (51) 3343.2090, estando munido da documentação exigida pelo órgão certificador (cópias e originais do RG, CPF, comprovante de residência atualizado e foto 3x4 colorida)

Convênio com

AC FENACON/CERTSIGN

O Sescon/RS firmou parceria com a AC Fenacon/Certsign, para emissão de certificados digitais, com atendimento e condições especiais para seus associados e representados.

A certificação digital atesta a identidade de uma pessoa ou uma instituição na internet, por meio de um arquivo eletrônico assinado digitalmente, oferecendo garantias, como autenticidade e integridade dos dados do emissor e do receptor da transação e do documento e confidencialidade na transação entre as partes.

A partir do mês de março, o Sescon/RS passou a ser um Posto de Validação, em tempo integral, para atender às demandas de seus representados, disponibilizando todas as soluções para e-CPF e e-CNPJ (certificados, smart card, leitora e token).

Para adquirir os produtos acesse o site do Sescon/RS – www.sescon-rs.com.br

Interiorização

25 E 26 DE JANEIRO

O Sescon/RS apoiou o "XVIII Encontro dos Contabilistas da Zona Sul", patrocinando a palestra "Enfrentando Mudanças Organizacionais", proferida pelo psicólogo Wilson Jacques.

08 DE FEVEREIRO

O curso "Aspectos Contábeis e Tributários para o Encerramento do Ano – Calendário de 2007" foi ministrado pelo assessor de empresas e consultor da área tributária João Roberto Domingues Pinto. O curso foi realizado na CIC, em Bento Gonçalves.

Cursos "Lei Geral da Micro e Pequena Empresa"

Com o objetivo de informar e atualizar os empresários e profissionais da contabilidade sobre os aspectos e benefícios da "Lei Geral da Micro e Pequena Empresa", o Sescon/RS realizou, nos meses de janeiro e fevereiro, cursos nas cidades de Ijuí, Santa Maria, Taquara, Santa Rosa, Lajeado e Bento Gonçalves.

Atento e forte

Que o brasileiro vive com música na cabeça é certo. Não é? Tu, eu, nosso vizinho, todo mundo tem canção popular como trilha sonora, para chorar ou para rir, para entender o país ou para celebrar a festa. Nosso país é desigual, trata mal os de baixo, não oferece escola de qualidade, não tem biblioteca e tudo isso. Mas, como uma compensação histórica, ocorreu que a canção popular no Brasil, pela obra de várias gerações de alguns gênios e dezenas de talentosos, acabou adquirindo uma força e uma presença na vida de todo mundo que talvez não tenham muito paralelo.

Não quer dizer que em outros países não haja canção. Há, claro. Basta pensar nos Estados Unidos, ou nos vizinhos aqui de baixo, os argentinos. Também nesses casos há vários compositores inventando ritmos, letras, levadas, combinações, tudo entrando numa espécie de harmonia que dá gosto e penetra na alma das gentes. Mas no Brasil é mais que isso, talvez por causa do motivo negativo mencionado no parágrafo ali de cima: os norte-americanos e os argentinos têm escola decente, e suas cidades oferecem bibliotecas aparelhadas, com livros recentes e tudo isso, ao contrário de nós. Quer dizer: a canção é a nossa arte letrada mais forte (ao lado da telenovela, outro capítulo da conversa sobre cultura literária entre nós).

Essa pequena teoria está aqui porque esses dias, respondendo a um e-mail de um amigo, em que ele me perguntava algo sobre canção, eu, de bate-pronto, citei três músicas que vivem na minha cabeça. E cada uma delas é uma pequena filosofia. A primeira é Divino, maravilhoso, do Caetano Veloso, com um refrão matador: "É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte". É bem o que eu acho, e desde que ouvi essa canção, lá nas longuras da minha meninice, ela não me saiu da cabeça.

A segunda é do mesmo Caetano — ele realmente tem uma grande capacidade de dizer sinteticamente verdades complexas —, e tem uma passagem assim: "Eu quero é correr mundo, correr perigo". Sabe qual é? Você não entende nada. E é um complemento daquela anterior. E a terceira era do mesmo Caetano, pra fazer justiça ao cara. É Coração vagabundo, linda marcha-rancho que começa dizendo "Meu coração não se cansa de ter esperança de um dia ser tudo o que quer", e termina declarando assim: "Meu coração vagabundo quer guardar o mundo em mim".

O prezado leitor vê que eu construí essa pequena digressão sobre o sentido da vida lembrando de três músicas comuns, quer dizer, compartilhadas por milhões de ouvintes, que, como eu, fazem suas coleções, suas combinações, suas filosofias sintéticas. Correr mundo sem temer a morte, para guardar esse mundo cá no meu coração. A canção brasileira tem essa notável gentileza, de permitir que a gente se encontre no meio dessas vozes todas.

Luís Augusto Fischer

Contabilista: você encontra uma Unidade de Negócios Domínio Sistemas em cada região do Brasil. E ligando para elas, você também irá encontrar as melhores soluções para a sua empresa de contabilidade.

A Domínio Sistemas trabalha exclusivamente com soluções para o setor contábil. Por isso desenvolve sistemas realmente integrados, fáceis de usar e que garantem total segurança aos dados. A Domínio Sistemas conta com 35 Unidades de Negócios e atende 22 estados brasileiros. Entre em contato com a Unidade Domínio mais perto de você e solicite uma visita demonstrativa. Teremos muito prazer em lhe apresentar nossas soluções.

domínio SISTEMAS

A sua melhor escolha

Informações Comerciais: 0800 645 4004 **www.dominiosistemas.com.br**

IRPF 2008

Você já reuniu seus Comprovantes de Rendimentos para fazer sua Declaração de Renda 2008?

Receber os comprovantes é um direito seu. Organize seus documentos e procure a assessoria de uma Empresa de Serviços Contábeis para fazer a sua Declaração 2008.

O prazo se encerra em 30 de abril.
Organize-se e evite as correrias de última hora.

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informação e Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

SESCON RS

www.sescon-rs.com.br